



**Miguel Júnior** é tenente-general das Forças Armadas Angolanas. Fez os cursos de Inter-Armas na Academia Vistrel e de Ciências Históricas na Academia Político-Militar Lenine na antiga União Soviética. Fez os cursos de Comando e Direcção no Instituto Superior Militar de Angola e de Estratégia e Arte Operativa na Escola Superior de Guerra de Angola, bem como as Licenciaturas Científica de História pela Universidade Aberta de Portugal e de Ciência Política pela California Hill University dos Estados Unidos da América.

Também fez os Mestrados de História Militar pela Academia Militar/Universidade dos Açores de Portugal e de História pela California Hill University, sendo Associado em Educação por esta universidade. É Ph.D. em História pela Atlantic International University e pela Paramount California University (Magna Cum Laude).

Ao longo da sua carreira, desempenhou várias funções. Neste momento, Miguel Júnior é chefe da Direcção de Estudos e Investigação Militar do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas e é professor de História Militar no Instituto Superior Técnico Militar de Angola (ISTM). É autor de diversas obras e artigos sobre Defesa, Segurança e História.

«Com esta obra o Tenente-General Miguel Júnior dá um passo essencial na sua evolução pessoal e na moderna historiografia angolana. Depois de ter aprofundado a situação de Angola através de uma série de importantes escritos, o autor compreende que necessita de uma visão mais abrangente sobre a África Austral e que tal passa pelo estudo da estratégia sul-africana, como um dos mais significativos agentes de longo prazo neste processo. Ao fazê-lo, o autor inova em termos teóricos, nomeadamente em termos da teoria da estratégia e das relações internacionais. Os seus avanços mais significativos dizem respeito à compreensão da teoria da “estratégia total” sul-africana e à forma como ela integra uma doutrina do uso da arma nuclear, com fins essencialmente políticos, mas também militares.

Seja permitida uma observação, que está inerente a todo o trabalho do Tenente-General Miguel Júnior, mas que não é explicitada nesta obra. É que, do mesmo modo que falamos de uma “estratégia total” sul-africana, podemos igualmente falar de uma “estratégia total” de Angola, ou, para ser mais exato, do Governo de Luanda, pois há outros importantes agentes de Angola neste processo. Sem elaborar aqui o assunto, que merece maior reflexão, foi uma estratégia de longo prazo, muito pragmática, muito flexível, sempre imaginativa e até mesmo surpreendente, que se revestiu de aspetos inovadores e implicou sempre um equilíbrio difícil na corda bamba, envolvendo no jogo os grandes poderes, com capacidades muito superiores às de Luanda. O Governo de Luanda pode gabar-se de ter sido o único que conseguiu gerir com sucesso um processo de várias décadas, com muitas reviravoltas e golpes de rins, com uma articulação difícil entre os níveis interno e externo e entre as estratégias sociais, económicas, diplomáticas, militares e outras. No final, foi ele e a sua visão do processo que acabou por se impor e, o que é mais extraordinário ainda, fez isto no meio de uma intensa guerra civil, que conduz a uma nova base de unidade nacional. Estas longas décadas de guerra, terríveis e devastadoras para Angola, são também o processo da finalização do nascimento no ferro e no fogo de uma nação africana. A África do Sul do apartheid dizia ter uma “estratégia total”; tinha, mas falhou; em contrapartida, o Governo de Luanda acabou por ter sucesso na sua “estratégia total”, mesmo sem lhe dar oficialmente esse nome. É difícil encontrar em África outro exemplo de uma liderança tão duradoura, firme, flexível, pragmática e ...vitoriosa, coisa que, embora na Europa muitas vezes não seja entendido assim, é o fundamental.»

**António José Telo**  
*in Prefácio*



**Prefácio de**  
**António José Telo**



**Miguel Júnior**

**A Guerra na África Austral – 1948/1994**

**Miguel Júnior**

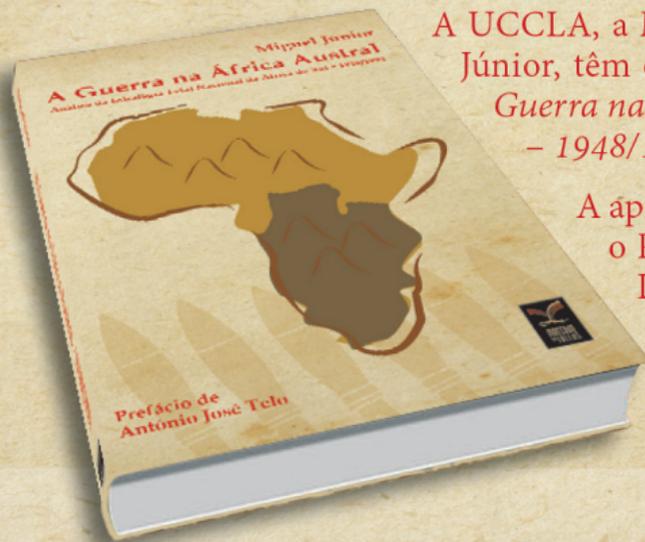
# **A Guerra na África Austral**

**Análise da Estratégia Total Nacional da África do Sul – 1948/1994**



# A Guerra na África Austral

Análise da Estratégia Total Nacional da África do Sul - 1948/1994



A UCCLA, a Mercado de Letras Editores e o seu autor, o Tenente-General Miguel Júnior, têm o prazer de convidar V. Exa. para a sessão de lançamento da obra *A Guerra na África Austral – Análise da Estratégia Total Nacional da África do Sul – 1948/1994*.

A apresentação pública da obra contará com a presença do seu prefaciador, o Professor Doutor António José Telo e com a intervenção do Professor Doutor Francisco Proença Garcia.

O evento decorrerá no dia 12 de Outubro, às 18h, na sede da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (Avenida da Índia, nº 110, em Lisboa).



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS  
DE LÍNGUA PORTUGUESA



# Índice

Siglas	9
Agradecimentos	11
Prefácio	13
Introdução	25
Metodologia	27

## Primeira Parte

Capítulo Primeiro	
1. A Estratégia Total Nacional da África do Sul	33
1.1 O Ambiente Estratégico na África Austral	33
1.2 Os Fundamentos Políticos da Estratégia	36
1.3 As Linhas de Força da Estratégia Total Nacional	56

## Segunda Parte

Capítulo Segundo	
2. As Duas Estratégias Fundamentais	67
2.1 A Estratégia Política Externa	67
2.2 A Estratégia Política de Defesa	81
2.3 As Doutrinas Estratégicas	91

## Terceira Parte

Capítulo Terceiro	
3. A Evolução da Guerra e as Mudanças	103
3.1 A Modalidade de Acção Estratégica	103
3.2 A Mudança Estratégica e o Fim do <i>Apartheid</i>	106
Conclusões	111
Bibliografia	113
Fotografias	127
Anexos	135

## Prefácio

A parte austral do continente africano é uma ampla zona de contornos indefinidos, que, começando no Cabo, se estende até à bacia do Congo e do Rovuma, abarcando a totalidade de Angola. É uma zona com particular significado estratégico desde há muitos séculos. Foi aí que se formaram os maiores poderes africanos, como os Reinos do Congo, do Monomotapa e, mais recentemente, o Império Zulu. Foi igualmente aí que nasceram algumas das mais violentas rivalidades que haviam de marcar o continente. Porque aí se congregaram uma multiplicidade de fatores explicativos de toda esta série de acontecimentos.

O primeiro prende-se com a geoestratégia das comunicações marítimas, pois a África Austral controlava a única via de comunicação marítima entre a Europa e a Ásia, até à abertura do canal do Suez no final do século XIX. Por esse motivo, foi aí que os poderes europeus criaram os seus principais pontos de apoio no continente. O processo começou com os Portugueses, ao estabelecerem uma relação especial com o Congo, origem da moderna Angola, ao construírem a sua base principal na Ilha de Moçambique, no século XVI, e ao avançarem no Zambeze. Pouco depois, os Holandeses, com uma visão estratégica mais apurada, ocupam o Cabo, que se transforma no principal foco da presença europeia, devido ao seu clima e localização estratégica, na junção

de dois oceanos. No século XIX, os Britânicos, cientes da importância do Cabo para a navegação global, ocupam o lugar dos Holandeses, provocando o avanço bóer para o interior do continente. Igualmente a Alemanha, quando, no século XIX, se começa a interessar pela criação de um império colonial, se instala na costa atlântica (Sudoeste Africano) e no Índico (África Oriental Alemã), como ponto de ligação para as suas colónias na Ásia e no Pacífico. A França, encontrando as principais posições já ocupadas, instala-se em Madagáscar. Todos os poderes que tiveram ambições globais, em resumo, procuraram pontos de apoio na África Austral, com a exceção dos EUA.

O segundo motivo assenta numa série de características geográficas. Ali, não só encontramos uma ampla zona de climas temperados, como a presença de grandes planaltos e de rios navegáveis durante quase todo o ano que cria uma área particularmente favorável para a implantação humana. Na África Austral encontramos vales irrigados e amplos, climas amenos e comunicações favorecidas, com bons portos naturais e rios navegáveis.

O terceiro motivo são as riquezas do subsolo. No século XIX, três produtos do subsolo africano detinham algum peso no mercado mundial: os diamantes, o ouro e os minérios do Katanga. Todos localizados na África Austral, sendo a produção de ouro a mais importante a nível mundial. No século XX, quando surgem múltiplos minérios raros estratégicos, a começar pelo urânio, a maior parte deles está igualmente na África Austral, não se encontrando em mais nenhuma parte do continente.

O quarto motivo assenta em aspetos histórico-culturais. A África Austral foi desde sempre o ponto de encontro entre os poderes africanos, a Índia e o mundo islâmico, com redes de comércio e de tráfico de escravos que datam do primeiro milénio ou mesmo antes. A formação dos grandes poderes africanos originou igualmente migrações em larga escala das populações africanas, que atingem o ponto mais alto na altura da expansão do Império Zulu (séc. XIX). A chegada dos Europeus, primeiro os Portugueses, mas depois muitos mais, torna ainda mais complexa a situação, pois aos choques e rivalidades já existentes somam-se os confrontos entre os poderes europeus. A África Austral, em resumo, é, desde há séculos, um ponto de encontro de culturas, religiões e poderes de três continentes, o que é facilitado pelas suas redes complexas e sobrepostas de comunicações marítimas, fluviais e terrestres.

O quinto fator é unicamente histórico e está ligado à corrida a África na parte final do século XIX. Esta inicia-se na África Austral, quando o esquema preparado pela Grã-Bretanha para controlar o comércio do Congo falha, o que dá origem à Conferência de Berlim, e articula-se principalmente em torno de confrontos e choques na África Austral, o que não é de estranhar pois aí se localizam, como já tivemos ocasião de referir, grandes riquezas minerais e comunidades muito diversas, entre as quais o maior foco de presença europeia no continente. Angola e Moçambique estão na linha da frente desta corrida a África, pois do seu centro depende o controlo dos corredores de passagem para o interior: o Congo e o corredor de Benguela do lado de Angola; os corredores de Lourenço Marques (Maputo) e da Beira do lado de Moçambique. São as soluções então encontradas que levam à criação das modernas Angola e Moçambique, que fixam então as fronteiras que ainda hoje se mantêm.

O sexto motivo está ligado às características particulares da colonização e da descolonização nesta parte do continente. Em nenhuma outra zona do continente se criou um regime racista como o da África do Sul no seguimento da guerra anglo-bóer – a maior guerra da África subsariana até hoje. O regime racista sul-africano fez com que, apesar de a África do Sul ter uma ampla autonomia que acabaria por desembocar numa das primeiras independências formais do continente africano, o colonialismo continuasse a existir. O regime racista sul-africano era uma das mais duras formas de colonialismo, com a característica particular de ser exercido, não por um poder de outro continente, mas por uma minoria da população contra a ampla maioria.

O Tenente-General Miguel Júnior tem vindo a produzir uma das mais importantes obras da recente historiografia angolana. Ela é notória porque parte da perspectiva de Angola, como um dos mais recentes e pujantes estados africanos. O autor tem a grande vantagem de, em larga medida, estar a construir a história da sua carreira de vida. Combatente nas lutas da independência desde 1975, acompanhou depois, em funções de crescente responsabilidade, as quase duas décadas de luta contra o poder sul-africano, em vários teatros, pelo que ao estudar a estratégia do poderoso vizinho de Angola, fala de algo que marcou o seu percurso de vida.

Foi só depois da paz alcançada que o Tenente-General Miguel Júnior começou a sua carreira de investigador académico, através de um

mestrado tirado em Lisboa, numa iniciativa conjunta da Universidade dos Açores e da Academia Militar. A tese que então produziu, e na qual obteve a máxima classificação, debruçava-se sobre um problema que a Europa tinha vivido há séculos, mas que em Angola era muito recente: a transição das forças irregulares da guerrilha para as Forças Armadas de um novo Estado, o que implica drásticas alterações estruturais a todos os níveis.

No caso de Angola, a transição para a criação das FAPLA foi particularmente complexa, porque feita em plena guerra, com múltiplas frentes ativas. Será bom recordar que Angola conheceu uma das mais longas guerras do continente africano: 30 anos, entre 1961 e 1991. Foi um conflito muito diverso, onde o combate irregular se misturou com o regular e onde houve um pouco de tudo, desde a guerra civil, à luta de guerrilhas ou aos maiores combates de blindados do continente africano. Nestas longas décadas, direta ou indiretamente, múltiplos poderes participaram no conflito, desde os grandes (como a Rússia e os EUA), aos pequenos (como Portugal e Cuba), sem esquecer todos os estados africanos vizinhos de Angola e, obviamente, a África do Sul. Esta circunstância fornece a Angola uma das mais ricas histórias militares e políticas do último século e, aos Angolanos, uma imensa responsabilidade: a de fazerem justiça à sua História, explicando ao mundo o que aconteceu, função essencial dos historiadores. É um processo central na edificação da nação, porque foi nestas décadas de conflito intenso que a Nação Angolana se forjou no fogo da luta.

Curioso é constatar que, apesar desta circunstância particular, poucas obras se têm produzido em Angola sobre a sua história recente. Na África do Sul, por exemplo, ainda a guerra não tinha terminado e já se produzia uma ampla bibliografia, que, passados menos de dez anos, contava com centenas de títulos. Tinha a vantagem de ser produzida em inglês, o que significava uma rápida expansão e um rápido conhecimento no mundo. Em Angola, porém, passaram os anos e pouco se produziu, nem sequer a nível das memórias dos combatentes, uma fonte essencial para futuras elaborações. Há, é claro, várias razões para isso: tratamento deficiente da documentação, dificuldades de acesso às fontes, falta de hábitos de leitura, falta de editoras, reduzida percentagem da população com ensino superior, entre outras. Estas limitações e desvantagens de Angola quando comparadas, por exemplo, com as da África do Sul

deviam ser um motivo acrescido para o Estado angolano se preocupar com a elaboração da sua História e a sua promoção, o que parcialmente aconteceu.

O Tenente-General Miguel Júnior tem sido uma das mais importantes exceções neste processo. Investiu fortemente na formação académica depois da paz e tem vindo a produzir uma obra sólida, séria e já numerosa sobre a jovem Angola. Começou, como já referi, pelo estudo da criação das Forças Armadas Nacionais depois da independência e rapidamente se alargou ao começo da guerra civil e da intervenção estrangeira em Angola, nomeadamente a da África do Sul.

Foi por sua iniciativa que se realizaram vários encontros internacionais em Luanda, a partir dos quais um amplo leque de investigadores e combatentes pôde deixar o seu testemunho ou apresentar as suas análises. Um dos aspectos notáveis nestas obras promovidas pelo Tenente-General Miguel Júnior é o leque muito diversificado de autores abrangidos. Nelas encontramos, como seria de esperar, uma presença forte de angolanos que conheceram o confronto nos mais diversos quadrantes, desde o MPLA, à UNITA ou à FNLA. Encontramos igualmente autores de praticamente todos os Estados envolvidos, desde portugueses, a sul-africanos, cubanos, russos ou americanos, todos com uma perspetiva própria e diferente. O Tenente-General Miguel Júnior deu igualmente um importante contributo para a recolha, preservação e classificação de fontes angolanas pertinentes, muitas das quais estavam dispersas e algumas corriam o risco de se perderem.

Foi com base neste trabalho de décadas que, mais recentemente, o autor se abalançou na produção de uma obra coletiva sobre o História Militar de Angola, que permanecerá como uma referência essencial para o futuro, uma primeira pedra num edifício que, como sempre acontece com a História, nunca estará terminado.

Com a presente obra, o Tenente-General Miguel Júnior dá um outro passo importante no seu processo de maturação enquanto investigador, abandonando agora o terreno que desbravou sobre a História recente de Angola, para se abalançar num voo teórico no domínio da grande estratégia externa, tomando como base a “estratégia total” da África do Sul, o mais poderoso agente internacional na África Austral.

É uma escolha criteriosa e pertinente. A África do Sul destes anos (as nove décadas iniciais do século XX) é um caso fascinante de estudo.

É, em primeiro lugar, um dos poucos Estados que afirma oficialmente possuir uma “estratégia total”, ou seja, uma aproximação coordenada e interligada a todos os níveis da acção (interna e externa) para alcançar fins considerados prioritários, aos quais tudo o resto se subordina. O que a torna particularmente interessante é que esses fins são, no essencial, de ordem interna. O que a África do Sul classificou de objectivo central foi a legitimação internacional do regime do *apartheid*, como passo essencial para a sua consolidação interna. O facto em si não é novidade, pois, em certa medida, todas as estratégias externas têm implicações na ordem interna e visam a consolidação do poder que as promove. O que é novidade é isto ser afirmado de forma clara, como o objectivo central de uma “estratégia total”. O facto é tanto mais extraordinário quanto se trata de uma marcha contra a corrente, um esforço coordenado de preservar um tipo de sociedade que recebia uma condenação quase universal, como as votações nas Nações Unidas amplamente o provam.

A África do Sul, nesta marcha contra a corrente, contava com várias vantagens, que lhe permitiram um esforço para além do que era de prever. A primeira era a sua economia, a mais forte e desenvolvida do continente africano, bem como o acesso a uma série de produtos estratégicos no sistema internacional, desde o urânio aos metais raros. A segunda era a existência de dois outros regimes na África Austral, que, embora não fossem racistas, tinham igualmente a intenção de contrariar as tendências dominantes no sistema internacional e manter a sua situação apesar da condenação internacional expressa pelas Nações Unidas: as colónias portuguesas e a Rodésia (Zimbabué). A terceira é que tudo se passava no contexto da guerra fria, onde os grandes poderes sabiam que se tratava de um jogo de soma nula, o que condicionava fortemente a sua acção. Isto era particularmente verdade a partir do momento em que a URSS aumenta a sua importância na África Austral, o que obriga os EUA a subordinarem a sua estratégia para a região à lógica do confronto global da fase final da guerra fria.

O General Miguel Júnior chama a atenção para um aspeto particular e original da estratégia total da África do Sul: a criação de um arsenal nuclear limitado. Na altura, tratava-se de um “segredo”, muito cedo detetado pela URSS, EUA e outros poderes. O pensamento sul-africano neste campo era diretamente inspirado pela teoria da França quanto ao uso do dissuasor nuclear. A doutrina francesa era que, em caso de uma séria ameaça para o

Estado e a sociedade, que implicasse nomeadamente a possibilidade da sua destruição ou ocupação externa, seria feito um aviso internacional do uso preventivo de armas nucleares como forma de dissuasão. Caso este aviso não fosse suficientemente para deter o agressor, a escalada subia e seria usada uma ogiva nuclear tática contra um alvo militar criteriosamente escolhido e longe de zonas urbanizadas, de modo a convencer o agressor da determinação da França e a dissuadir a continuação do seu avanço, abrindo caminho a uma solução negociada. Um terceiro degrau, seria um ataque nuclear tático em maior escala e em profundidade, alcançando objetivos no centro do dispositivo do agressor. Caso este falhasse, restava a opção de usar, ou não, o arsenal nuclear estratégico, o que constituía o último rácio e teria necessariamente consequências de grande envergadura.

Com esta doutrina a França passou a ser o primeiro poder nuclear “autónomo”, ou seja, com uma lógica distinta da dos dois grandes poderes nucleares, o que implicava uma tecnologia própria e diferente. A sua posição serviu de inspiração a Israel para avançar na criação de um arsenal nuclear limitado. Ainda hoje a posição oficial de Israel é a de não negar nem confirmar a existência de armas nucleares, mas é normalmente aceite que possui um arsenal de algumas dezenas de ogivas e vetores apropriados para o seu uso, tanto em termos de mísseis, como de aviões e submarinos com mísseis de cruzeiro. A doutrina israelita é igualmente original, embora não seja pública, o que é normal quando não se reconhece a existência oficial da arma nuclear.

O programa nuclear sul-africano foi, em primeiro lugar, uma constatação de fraqueza. Havia consciência de que a “estratégia total” adotada contrariava as tendências da evolução do sistema internacional, que seria cada vez mais difícil de aplicar com o tempo, podendo criar uma situação em que a África do Sul, entendendo como tal o regime do *apartheid*, visse ameaçada a sua continuação. Por outras palavras, podia criar-se uma situação em que a pressão convencional nas fronteiras, conjugada com a oposição interna, fosse demasiado forte para ser contida com meios convencionais. Esta ideia estava ligada a uma outra, que era a necessidade de manter a ameaça externa longe das fronteiras, através de uma intervenção ativa contra as suas bases e pontos de apoio na África Austral, em particular em Angola.

O programa nuclear sul-africano começou pelo campo da energia em 1948, com o objetivo de construir centrais nucleares que fossem uma

alternativa ao petróleo, pois havia a possibilidade da sua importação ser proibida. Na altura, ainda não se pensava numa dimensão mais diretamente militar.

Como o Tenente-General Miguel Júnior indica, o presidente de Klerk afirmou oficialmente que o programa militar nuclear arrancou em 1974, no seguimento do 25 de Abril em Portugal. Outras fontes referem que a decisão foi tomada antes, possivelmente em 1973. A URSS acompanhou o projeto e chegou a propor um ataque preventivo à central de enriquecimento de urânio (conhecida pela fábrica Y) aos EUA, o que estes rejeitaram. O primeiro teste de uma bomba A da África do Sul dá-se em Setembro de 1979, no oceano, muito a Sul do Cabo.

A África do Sul nos anos oitenta consegue obter seis ogivas nucleares militares, embora tenha o problema central da debilidade nos vetores para a sua eventual utilização operacional. A África do Sul não contava com mísseis terra-terra apropriados e o único aparelho suscetível de lançar um engenho nuclear tático era o Buccaneer, de origem britânica. A África do Sul recebeu 16 Buccaneer S.50 a partir de 1965, mas o embargo da venda de armamento, que foi imposto pouco depois, implicou uma usura rápida da força, com crescentes problemas para conseguir peças sobressalentes. O aparelho foi usado nas incursões em Angola a partir de 1975, sendo o único capaz de alcançar alvos afastados da fronteira e de transportar internamente uma carga de armamento significativa. É normal que alguns dos melhores Buccaneer tenham ficado reservados a partir de certa altura para o programa nuclear. Possivelmente desde 1982, quando a África do Sul consegue bombas A, que podiam ser lançadas pelo Buccaneer.

O autor indica que, aquando das negociações de finais dos anos oitenta, a África do Sul dá a entender que poderia, se não houvesse um acordo, utilizar uma arma nuclear contra Luanda. Não era uma ameaça vã. O regime sul-africano possuía, efetivamente, essa capacidade, com seis ogivas nucleares prontas a serem utilizadas. A ameaça em si, velada e indireta, nunca pública e oficial, é igualmente compreensível no âmbito da doutrina sul-africana. Segundo esta, em caso de uma ameaça séria e na impossibilidade de resistir à pressão com meios convencionais, a ameaça do uso do arsenal nuclear era o primeiro passo da escalada. O seu objetivo era fazer o outro lado ceder e chegar a um acordo em termos aceitáveis; se isto não acontecesse, havia ainda um passo intermédio,

que era o uso de uma ogiva contra um alvo limitado, sendo normal que se escolhesse um alvo militar longe de zona urbana, de modo a diminuir a condenação internacional que seria de esperar. O fato de a África do Sul ter decidido dar a entender que o alvo poderia ser Luanda (a maior cidade de Angola e o seu centro político, onde se localiza mais de 10% da população) revela a ansiedade por detrás da fase final das negociações. Em termos verbais, a África do Sul decidiu “saltar um degrau” e ameaçar diretamente Luanda, para obter o efeito máximo.

O regime sul-africano tinha plena consciência de que a resolução do “problema de Angola” era um passo essencial para encontrar uma saída para o beco onde a “estratégia total” o tinha encurralado. Sabia que estava a queimar os últimos cartuchos no que era uma corrida contra o tempo, pelo que não hesitou em passar ao nível máximo da ameaça, sempre velada e não oficial, é claro. Curiosamente, também do lado angolano havia a noção de que se tratava de uma corrida contra o tempo, nomeadamente porque a URSS já dera a entender que não estava disposta a continuar o nível de apoio recente por tempo indeterminado. Angola negociava numa posição de força, depois da fase final da campanha do Cuito Canavale, mas com sérias limitações que a faziam igualmente desejar uma solução efetiva a curto prazo, até como forma de permitir a evolução interna da África do Sul, de modo a acabar com o *apartheid*.

Neste contexto, qual o real impacto e efeito da “ameaça nuclear” sul-africana? Ainda é cedo para o dizer, não só em termos de fontes como de testemunhos. Não sabemos, por exemplo, quais os reais planos militares sul-africanos caso as negociações falhassem. É um dos muitos pontos de interrogação da história recente da África Austral.

De qualquer modo, as implicações destes acontecimentos em termos da teoria das relações internacionais são imensas. Elas ilustram um dos casos mais completos de edificação de uma “estratégia total”, ao longo de muitas décadas, onde tudo joga em conjunto, desde as políticas sociais, às económicas, culturais, diplomáticas e militares, entre outras. É um esforço que permite prolongar por um longo período uma situação anormal condenada pelo sistema internacional, através de uma estratégia militar de intervenção aberta no exterior, com todo o tipo de agentes e de meios. Elas ilustram, igualmente, como uma doutrina nuclear se pode inserir neste pensamento, com a preocupação de criar

um “último rácio”, um fator desestabilizador que pudesse alterar as regras do jogo, um trunfo que se guardava para uma emergência ou para as negociações finais.

Com esta obra o Tenente-General Miguel Júnior dá um passo essencial na sua evolução pessoal e na moderna historiografia angolana. Depois de ter aprofundado a situação de Angola através de uma série de importantes escritos, o autor compreende que necessita de uma visão mais abrangente sobre a África Austral e que tal passa pelo estudo da estratégia sul-africana, como um dos mais significativos agentes de longo prazo neste processo. Ao fazê-lo, o autor inova em termos teóricos, nomeadamente em termos da teoria da estratégia e das relações internacionais. Os seus avanços mais significativos dizem respeito à compreensão da teoria da “estratégia total” sul-africana e à forma como ela integra uma doutrina do uso da arma nuclear, com fins essencialmente políticos, mas também militares.

Seja permitida uma observação, que está inerente a todo o trabalho do Tenente-General Miguel Júnior, mas que não é explicitada nesta obra. É que, do mesmo modo que falamos de uma “estratégia total” sul-africana, podemos igualmente falar de uma “estratégia total” de Angola, ou, para ser mais exato, do Governo de Luanda, pois há outros importantes agentes de Angola neste processo. Sem elaborar aqui o assunto, que merece maior reflexão, foi uma estratégia de longo prazo, muito pragmática, muito flexível, sempre imaginativa e até mesmo surpreendente, que se revestiu de aspetos inovadores e implicou sempre um equilíbrio difícil na corda bamba, envolvendo no jogo os grandes poderes, com capacidades muito superiores às de Luanda. O Governo de Luanda pode gabar-se de ter sido o único que conseguiu gerir com sucesso um processo de várias décadas, com muitas reviravoltas e golpes de rins, com uma articulação difícil entre os níveis interno e externo e entre as estratégias sociais, económicas, diplomáticas, militares e outras. No final, foi ele e a sua visão do processo que acabou por se impor e, o que é mais extraordinário ainda, fez isto no meio de uma intensa guerra civil, que conduz a uma nova base de unidade nacional. Estas longas décadas de guerra, terríveis e devastadoras para Angola, são também o processo da finalização do nascimento no ferro e no fogo de uma nação africana. A África do Sul do *apartheid* dizia ter uma “estratégia total”; tinha, mas falhou; em contrapartida, o Governo de Luanda acabou por

ter sucesso na sua “estratégia total”, mesmo sem lhe dar oficialmente esse nome. É difícil encontrar em África outro exemplo de uma liderança tão duradoura, firme, flexível, pragmática e ...vitoriosa, coisa que, embora na Europa muitas vezes não seja entendido assim, é o fundamental.

O Tenente-General Miguel Júnior está de parabéns, não só porque foi um agente neste processo, um dos muitos milhões de angolanos que nele se empenhou de forma apaixonada e total, mas também porque, com a sua obra posterior à paz, nos ajuda a compreender melhor o que se passou e a ter uma visão mais isenta e distanciada da realidade, longe da ideologia e, sobretudo, longe dos preconceitos... uma visão da História.

António José Telo  
Professor Catedrático da Academia Militar de Portugal  
Lisboa, Agosto de 2017

## Introdução

O presente é o passado transmutado, mas é indispensável mergulhar no passado e ir ao encontro de muitos factos porque eles merecem ser conhecidos em toda a sua dimensão, até nos seus detalhes. Na segunda metade do século XX, a África Austral vivenciou um dos mais significativos conflitos armados, que abarcou a região como um todo. Esta é a verdade. A outra, é que é chegado o momento de aprofundar os estudos sobre esse conflito. Estes podem ser realizados a partir de várias perspectivas e interesses. Contudo, aqui, o objectivo é estudar o conflito armado da África Austral partindo da perspectiva dos estudos de guerra. Sendo que uma guerra pode ser estudada em três dimensões, esta análise encaixa-se na dimensão estratégica porque o que está em causa é o estudo de uma estratégia nacional de um Estado em concreto. Assim, esta obra analisa o pensamento estratégico da África do Sul e a sua estratégia total nacional, no período que medeia entre 1948 e 1994.

O ano de 1948 marca o começo desse pensamento estratégico pois foi nessa data que o Partido Nacional, assente no nacionalismo africânder, tomou o poder político e instituiu o sistema do *apartheid*. Assim sendo, o projecto que agora apresentamos analisa a estratégia total nacional do Estado sul-africano, monopolizado pela minoria africânder.

Este estudo sobre a estratégia total nacional da África do Sul está estruturado de um modo prático, na medida em que aqui se articulam questões históricas, políticas, económicas, diplomáticas, internacionais e de defesa e segurança. Está concebido em conformidade com a cultura e as teorias estratégicas assentes no pensamento estratégico universal e baseia-se, sobretudo, no pensamento e cultura estratégicos do poder político sul-africano que vigorou entre 1948 e 1994. Nesta linha de raciocínio, os dados que sustentam este trabalho de investigação derivam, na sua maioria, de fontes sul-africanas e, essencialmente, de documentos oficiais e de Estado. Estes suportes documentais são os que conferem coerência e credibilidade à obra.

Esta análise sobre a estratégia total nacional da África do Sul está repartida em três partes e possui três capítulos. Na parte final encontrará as Conclusões e a reprodução e transcrição das fontes documentais.

Finalmente, com esta obra, julgamos ter contribuído para um melhor conhecimento sobre o pensamento estratégico da África do Sul no período que medeia entre 1948 e 1994.

O Autor